

Eldorado reacende debate sobre compra de terra por estrangeiro

Incrá solicitou anulação da venda, e projeto no Congresso quer flexibilizar lei

Alex Sabinó

SÃO PAULO Ao solicitar a anulação da compra da Eldorado Cellulose pela Paper Excellence, o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) reacendeu a discussão sobre a flexibilização (ou não) da compra de terras no Brasil por pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras. O órgão determinou que fosse comunicado à Junta Comercial de São Paulo e à CVM (Comissão de Valores Mobiliários) para ciência da decisão que vier a ser adotada, para as providências cabíveis dentro da sua esfera de competência a fim de evitar a formalização do negócio, diz o documento do fim do ano passado, assinado por João Batista Queiroz Eudociak e Paulo Roberto Lucena, analistas em reforma e desenvolvimento agrário. O Eldorado tem em seu nome 11 matrículas de imóveis (terrenos) em Aparecida de

Taubaté, Itocência, Selvíria e Três Lagoas, todos em Mato Grosso do Sul. A empresa foi comprada pela Paper Excellence de companhias de origem canadense e malaisia. O dono é indonésio. A negociação foi selada em 2017 com a brasileira J&F. Desde então, as duas estão na Justiça por causa da transferência do controle acionário. O Incra argumentou que, segundo a legislação vigente, a mudança de dono, por envolver terras, teria de receber o aval do Instituto ou do Congresso Nacional. Defensores da medida do Incra afirmam que o órgão costuma tomar medidas como essas desde 2012 e que o problema da Paper, que não se preocupou em buscar autorização antes de fechar o negócio. Segundo levantamento da Redirection International, empresa especializada em desenvolvimento corporativo, nos últimos cinco anos houve

150 operações de fusão e compra de empresas estrangeiras no país que podem ser influenciadas pela nota técnica publicada pelo Incra. Os setores mais atingidos seriam os de energia e mineração. Na área de energia, foram 58 operações, que movimentaram R\$ 124 bilhões. A mineração totalizou R\$ 29 bilhões em 58 negociações. Nos 10 maiores investidores em parques eólicos no Rio Grande do Norte, o estado com maior potência gerada no Brasil, 6 são controlados por estrangeiros: EDP Renovável Brasil (portuguesa com participação chinesa), Vitol (francesa), CPFL (brasileira com controlador chinês), AES (americana), Enge (franco-belga) e Neoenergia (espanhola). Há em Mato Grosso do Sul municípios com mais de 30% de terras nas mãos de estrangeiros. Há grandes produtores que precisa ser feita a como

“Há em Mato Grosso do Sul municípios com mais de 30% de terras nas mãos de estrangeiros. Há grandes produtores no estado. A discussão que precisa ser feita é como foram autorizados os registros dessas vendas ou arrendamentos”

Lucas Brenner
advogado especialista em questões de terras e rurais

foram autorizados os registros dessas vendas ou arrendamentos. Os contratos são registrados em cartórios. Há investimentos bilionários em Itocência e Ribas do Rio Preto, afirma Lucas Brenner, advogado especialista em questões de terras e rurais. O Incra cita a lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que diz ser função do Congresso Nacional autorizar aquisição ou arrendamento por estrangeiros em áreas superiores a cem módulos de exploração indefinida. Trata-se de uma unidade de medida que varia de 5 a 100 hectares, a depender da zona de localização do município e é usada no processo de aquisição de terras por estrangeiros. Esse caso explicitou um componente complicado, que é o efeito sistêmico. As vezes, a empresa nem opera os imóveis que têm, o interesse é indireto. Anular a opção societária com base nesse fundamento coloca em xeque muitas operações. Existe uma insegurança jurídica para o investidor e para oportunismo concorrential, afirma o advogado Francisco Godoy, especialista em direito agrário, crítico da iniciativa do Incra. Projeto de lei apresentado pelo senador Irajá (PSD-TO) quer flexibilizar a compra de terras no país por estrangeiros. O texto já foi aprovado

pelo Senado, mas está parado desde 2020 na Câmara dos Deputados. “Eu vejo com muita preocupação pessoas que têm algum tipo de preconceito com investimento nacional ou internacional. Se respeita nossa soberania, as leis trabalhistas e o nosso arcabouço tributário, não há sentido segregar. É um tema ultrassado”, afirma. “O texto da lei é até conservador, mas aumenta a área. Do jeito que está hoje, um estrangeiro pode comprar todos os prédios da avenida Paulista, mas não pode comprar uma propriedade rural. Isso não tem sentido”. Há também duas ações pendentes no STF (Supremo Tribunal Federal) referentes ao tema. A AGU (Advocacia-Geral da União) emitiu três pareceres diferentes. Dois favorecem à flexibilização, e o último, mantendo as restrições. “Há necessidade de uma definição da interpretação para garantir a segurança jurídica. Não há dúvida de que é preciso monitorar a aquisição de terras por estrangeiros, lembrando que o estado, ao regular esse mercado, vale a pena investimentos no setor agropecuario, em especial nos estados em que a economia depende desse segmento”, lembra o advogado Paulo Puttini Mendes, especialista em direito agrário e ambiental.



PRODUTORES RURAIS PROTESTAM CONTRA GOVERNO DA FRANÇA

Tratores formam a palavra 'stop' durante manifestação em Maille; sindicatos rurais se queixam de juros elevados, regras de proteção ambiental excessivas e preços baixos

Guilherme Ivo/AGF

Seca de 2023 no Amazonas custou R\$ 1,4 bilhão à indústria

Camilla Zarur

RIO DE JANEIRO A seca histórica no Amazonas, no fim do ano passado, impactou a indústria do estado e implicou R\$ 1,4 bilhão de custos extras às empresas, que diminuíram a produção diante da falta de insumos e da dificuldade para escoar os produtos finais. A estiagem de outubro e novembro de 2023 foi a maior da história. O rio Negro chegou a atingir 127 metros — o menor nível em mais de um século. Segundo dados do ComexStat, plataforma governamental sobre exportação e importação, houve uma queda de 8% na importação pelo modal aquaviário do Amazonas em razão da seca. Essa queda da navegação está diretamente ligada aos custos extras das empresas. A maioria dos produtos que entram e saem de Manaus é transportada por navios. Po-

rém, com o baixo nível dos rios, a indústria teve de optar por modos alternativos de traslado, como aviões, cujos custos são mais altos em comparação ao aquaviário, e o rio no cabotagem, em que caminhões são transportados por barcas nos trechos em que não há estrada. Este último, apesar de ser mais barato do que transportar as cargas de rio, não consegue atender à mesma demanda da cabotagem e dos navios de longo curso. “A gente estimou em R\$ 1,4 bilhão de custos excessivos que a indústria teve que enfrentar essa seca”, afirma Augusto César Rocha, coordenador da comissão de logística do Ciem (Centro de Indústria do Estado do Amazonas). “São custos assustadoramente altos colocados já sobre o custo Brasil e sobre o que chamamos de custo amazônico”, completa o especia-

lista, fazendo menção à despesa adicional que as empresas têm para produzir no país, na comparação com a média dos custos nos membros da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico). Segundo o ComexStat, só em outubro, primeiro mês da seca, as importações gerais no Amazonas tiveram uma queda de 49,3%, indo de US\$ 1,257 bilhão (R\$ 5,3 bilhões) para US\$ 604 milhões (R\$ 2,5 bilhões). Por via aquaviária, a redução foi ainda maior, de 73,82%. Em contrapartida, as importações por via aérea, que são mais caras, subiram 5%. O mês puxou o desempenho da indústria no Amazonas para baixo, representando uma queda de 5,7% em comparação ao mesmo período de 2022, de acordo com o IBGE. Já em novembro, a produção industrial do Amazonas teve queda de 4,2% em rela-

ção a outubro, conforme dados do IBGE divulgados no dia 12. Na comparação anual, esse percentual foi ainda maior, de 10,3%. Ainda não há dados disponíveis do ComexStat sobre as importações no estado. De acordo com o coordenador do Ciem, apesar do impacto na indústria, pouco foi sentido no bolso dos consumidores. “O preço do produto é o mercado que define, é a oferta e demanda. O consumidor pouco percebe o problema. Mas a matriz do que seria a venda da empresa é toda modificada. Por exemplo, em vez de vender uma motocicleta com o maior valor agregado, ela vai vender com o menor valor agregado”, diz o coordenador do Ciem. O IBGE, no entanto, apontou a seca no Amazonas como um dos fatores que elevaram a inflação de ar condicionado no final do ano passa-

do. No acumulado de 2023 até novembro, o preço do eletrodoméstico subiu 13,97%, segundo o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo). Apesar de o fim da seca e o início das chuvas já terem elevado o nível dos rios, o Amazonas ainda não chegou à normalidade. Boletim do dia 12, indicava que os 62 municípios amazenses continuam em estado de emergência. Ante o cenário, Rocha diz que o poder público, principalmente o governo federal, precisa fazer investimentos para evitar que o problema de 2023 se repita neste ano. “As empresas se planejam para o pior cenário possível”, diz o coordenador do Ciem. O IBGE, no entanto, apontou a seca no Amazonas como um dos fatores que elevaram a inflação de ar condicionado no final do ano passa-

pendendo de um santo para que faça chuva ou não, é necessário investimento”, afirma, acrescentando que é preciso haver alternativas de rota para os produtos que chegam e saem do Amazonas. Uma das sugestões é a recuperação da BR-319, que liga Manaus a Porto Velho, em Rondônia. Não há pavimentação em grande parte da rodovia, o que impede o tráfego de caminhões de carga no região. “Manaus é como se fosse uma ilha. A cidade está no meio do Amazonas e não é acessada por nenhuma rodovia com o restante sul do Brasil, ito é o Sul, Sudeste e Centro-Oeste. A BR-319 é uma alternativa, mas, para isso, ela deve ser recuperada e monitorada, com centros de controle para a proteção da floresta, para que não se torne um vetor de destruição da Amazônia”, afirma.